



PARECER ÚNICO SUPRAM CM Nº. 405/2009

PROTOCOLO Nº. /2009

Licenciamento Ambiental Nº. 15873/2005/002/2009		DEFERIMENTO
Empreendimento: AEROPORTO INDUSTRIAL		
Empreendedor: Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária - INFRAERO		
CNPJ: 00.352.294/0058-56	Município: Confins/ MG	
Bacia Hidrográfica: RIO SÃO FRANCISCO	Sub-Bacia: RIO DAS VELHAS	
Referencia: Licença de Instalação Corretiva	Validade: 4 anos	

Atividades objeto do licenciamento ambiental

Código DN 74/04	Descrição	Classe
E-04-02-2	Distrito Industrial e zona estritamente industrial	3
Condicionantes: <input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO	Automonitoramento: <input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO	
Unidade de Conservação: APA Carste de Lagoa Santa / Parque Estadual do Sumidouro / APEE Ribeirão do Urubu/APEE Aeroporto.		

Responsável pelos Estudos Técnicos Guaraci Sather	Registro de classe CREA 1969100854
--	---------------------------------------

Belo Horizonte, 09 de dezembro de 2009

Equipe Interdisciplinar	MASP	Assinatura
Cibele Aguiar Neiva de Mello	11.97551-3	
Luísa Horta Azevedo de Castro	120.5995-2	
Gisele Guimarães Caldas	115.0769-6	
Rafael Medina		
Luis Breda		

Aprovação	Isabel Cristina R. R. C. de Menezes Diretora/ MASP 1043798-6	
-----------	---	--



1. INTRODUÇÃO

Este Parecer Único tem por objetivo subsidiar o julgamento do pedido de Licença de Instalação em caráter Corretivo - LIC do empreendimento Aeroporto Industrial pretendido pela Empresa Brasileira de Infra-estrutura Aeroportuária – INFRAERO, localizado no sítio do Aeroporto Internacional Tancredo Neves.

A INFRAERO, em 2007, obteve uma Autorização Ambiental de Funcionamento - AAF e as obras foram iniciadas em dezembro de 2008. Em 13/05/2009 a obra foi embargada pelo IBAMA com o respectivo Termo de Embargo e Interdição nº 508024.

Em 18/06/2009, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – CMBio com base no art.36, parágrafo 3º, da Lei nº 9.985/2000 e na Resolução Conama nº 13 de 1990, Portaria nº 263 de 04/05/2007 e Instrução Normativa ICMBio nº 1/2009 concedeu Autorização Prévia/Anuência ao órgão licenciador para que procedesse o licenciamento Ambiental da construção do Entrepósito Industrial do Aeroporto Internacional de Confins. Assim, o processo de Licença de Instalação em Caráter Corretivo - LIC foi formalizado em 02 de outubro de 2009.

De acordo com os estudos, o Aeroporto Industrial atende ao “Programa de Viabilização e Potencialização do Aeroporto” e ao “Programa de Ações Integradas para o Desenvolvimento Regional” previstos no RCA/PCA que compõem a Licença de Operação (LO) do Aeroporto Internacional Tancredo Neves.

2. DISCUSSÃO

2.1 CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

O empreendimento Aeroporto Industrial possui uma área total de 46.740m², situado à margem direita do eixo viário da via de acesso ao Aeroporto Internacional Tancredo Neves – Aeroporto de Confins. A área é denominada pela INFRAERO como “Área de Apoio II”, nas seguintes coordenadas: Latitude 19°38’5” S e Longitude 43°57’27” W, estando inserida totalmente no município de Lagoa Santa – MG.

O empreendimento prevê a instalação de uma área alfandegada para instalação de plantas de montagem visando à exportação. Será regido pelo Regime de Entrepósito Aduaneiro, o qual permitirá uma indústria importar, com suspensão de tributos, mercadorias que, após a industrialização, deverão destinar-se ao mercado externo.

Sendo assim, o empreendimento proporcionará às empresas que se instalarem no local a redução do custo tributário, a diminuição dos gastos com transporte e armazenagem e agilidade na liberação de mercadorias para a exportação, representando assim um ganho estratégico com logística.

O empreendimento terá como público alvo a instalação de indústrias com alto conteúdo tecnológico e/ou alto valor agregado e prestadores de serviços avançados de logística e de apoio ao comércio exterior, centros de distribuição, comércio eletrônico e manutenção aeronáutica. Conforme informado nos estudos apresentados, deverão ser instaladas empresas que se enquadrem dentro do conceito de indústria de produção limpa.



As vias de acesso se encontram pavimentadas e sinalizadas e em bom estado de conservação. A principal rodovia de acesso ao Aeroporto Internacional Tancredo Neves, bem como o Aeroporto Industrial é a MG 10, via Lagoa Santa e MG 424 via Pedro Leopoldo.

A energia elétrica será atendida pela Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG.

No que tange a infra-estrutura de saneamento, o abastecimento de água será realizado pela COPASA/MG e quanto ao lançamento final de esgoto sanitário será efetuado na rede coletora existente e será conduzido até a Estação de Tratamento de Esgoto - ETE que atende ao Aeroporto Internacional Tancredo Neves, a qual a COPASA é responsável pela operação.

Consta nos autos a carta de prestação de serviços com a Empresa Cemig Distribuição S/A para a execução de obra de modificação e extensão de rede no Aeroporto Internacional de Confins.

Constam, também, os protocolos das solicitações das manifestações do DER, quanto a faixa de domínio da Rodovia MG 10, e da COPASA quanto ao recebimento dos efluentes pela ETE. Foram solicitadas como condicionante do Anexo I desse parecer as apresentações dessas manifestações.



Localização do Aeroporto Industrial (s/escala)
Fonte: PCA - INFRAERO

2.2 MEIO BIÓTICO

Flora

O empreendimento se encontra numa área de transição de duas tipologias características do estado de Minas Gerais: Mata Atlântica e Cerrado, porém a parte que será suprimida contém apenas uma pequena parcela de cerrado.

Caracterizado principalmente pela sua composição florística, o cerrado que está localizado dentro do empreendimento se encontra totalmente antropizado e



desconfigurado, com sub-bosque dominado por capim-colonião mostrando nítidos indícios de interferência humana na área, como queimadas. Essa antropização se deu pela proximidade das áreas construídas da região.

A região afetada pelo empreendimento se encontra numa área considerada Área Prioritária para conservação da biodiversidade do estado de Minas Gerais, conhecida como “Área Peter Lund” de importância biológica “especial”.

Na área a ser suprimida, o cerrado se mostra em Regeneração inicial, com poucos indivíduos jovens e espécies arbóreas e com enorme dominância de gramíneas. As espécies Arbóreas observadas são: *Astrobium faxinifolium* (Gonçalo Alves), *Xylopia aromática* (Pimenta-de-macaco), *Terminalia argentea* (Capitão-do-mato), *Copaifera langsdorffii* (óleo-copaíba), *Dalbergia Miscolobium* (caviúna-do-cerrado), *Machaerium* spp. (Jacarandá), *Zanthoxylum rhoifolium* (mamica-de-porca), *Caesaria* spp..

Em sua maioria esses indivíduos se encontram jovens e não ultrapassam 5m (cinco metros) de altura.

As espécies encontradas na área estão listadas abaixo:

FAMÍLIA	ESPÉCIE	HÁBITO	DISTRIBUIÇÃO – MG	NOME POPULAR
Anacardiaceae	<i>Astronium fraxinifolium</i> Schott ex Spreng	Ar	Comum	Gonçalo-alves
Annonaceae	<i>Duguetia furfuracea</i> (A. St-Hil.) Saff.	Ab	-----	Pinha-de-guará
Annonaceae	<i>Xylopia aromática</i> (Lam.) Mart.	Ar	Comum	Pimenta-de-macaco
Asteraceae	<i>Baccharis dracunculifolia</i> DC.	Ab	-----	Assa-peixe
Bignoniaceae	<i>Jacaranda</i> sp.	Ar	-----	-----
Bignoniaceae	<i>Tabebuia</i> sp.	Ar	-----	-----
Boraginaceae	<i>Cordia curassavica</i> (Jacq.) Roem. & Schutl.	Ab	Abundante	Erva-baleeira
Combretaceae	<i>Terminalia argentea</i> Mart.	Ar	Ocasional	Capitão-do-mato
Cyperaceae	<i>Lagenocarpus</i> sp.	Er	-----	-----
Fabaceae	<i>Anadenanthera peregrina</i> (L.) Speg.	Ar	Frequente	Angico
Fabaceae	<i>Copaifera langsdorffii</i> Desf.	Ar	Abundante	Copaiba
Fabaceae	<i>Dalbergia miscolobium</i> Benth.	Ar	Comum	Caviúna-do-cerrado
Fabaceae	<i>Enterolobium gummiferum</i> (Mart.) J.F. Macbr.	Ar	Ocasional	Tamboril-do-cerrado
Fabaceae	<i>Hymenaea stigonocarpa</i> Mart. ex Hayne	Ar	Comum	Jatobá
Fabaceae	<i>Leucaena leucocephala</i> (Lam.) de Wit.	Ar	Exótica	Leucena
Fabaceae	<i>Machaerium cf. acutifolium</i> Vogel	Ar	Frequente	Jacarandá-bico-de-papagaio
Fabaceae	<i>Machaerium opacum</i> Vogel	Ar	Comum	Jacarandá-tã
Fabaceae	<i>Mimosa</i> sp.	Ar	-----	-----
Fabaceae	<i>Peltophorum dubium</i> (Spreng.) Taub.	Ar	Ocasional	Canafistula
Fabaceae	<i>Tachigali aurea</i> Tul.	Ar	Frequente	Pau-bosta
Lauraceae	<i>Nectandra nitidula</i> Nees	Ar	Ocasional	Canela-do-mato
Malpighiaceae	<i>Banisteriopsis cf. oxyclada</i> (A. Juss.) B. Gates	Tr	Frequente	Cipó-prata
Myrtaceae	<i>Myrcia</i> sp.	Ar	-----	-----
Poaceae	<i>Ichnanthus bambusiflorus</i> (Trin.) Doll	Er	Comum	Bambu
Poaceae	<i>Melinis minutiflora</i> P. Beauv.	Er	Exótica	Capim-gordura
Poaceae	<i>Panicum maximum</i> Jacq.	Er	Abundante	Capim-colonião
Poaceae	<i>Urochloa decumbens</i> (Stapf) R.D. Webster	Er	Exótica	Braquiário
Proteaceae	<i>Roupala montana</i> Aubl.	Ab	Abundante	Carne-de-vaca
Rubiaceae	<i>Cordia elliptica</i> (Cham.) Kuntze	Ar	Rara	Marmelinho
Rutaceae	<i>Zanthoxylum rhoifolium</i> Lam.	Ar	Abundante	Mamica-de-porca
Salicaceae	<i>Casearia arborea</i> (Rich.) Urb.	Ar	Frequente	Espeto
Salicaceae	<i>Casearia sylvestris</i> Sw.	Ar	Abundante	Guaçatonga

Tabela 1 (cont.)

FAMÍLIA	ESPÉCIE	HÁBITO	DISTRIBUIÇÃO – MG	NOME POPULAR
Smilacaceae	<i>Smilax cf. brasiliensis</i> Spreng.	Ab	Abundante	Japcanga
Siparunaceae	<i>Siparuna guianensis</i> Aubl.	Ab	Abundante	Nega-mina
Solanaceae	<i>Solanum granuloso-leprosum</i> Dunal	Ar	-----	Gravitinga
Solanaceae	<i>Solanum viarum</i> Dunal	Ab	Abundante	Joá-bravo
Verbenaceae	<i>Lantana camara</i> L.	Er	Abundante	Cambará

Fauna



A Área do sítio aeroportuário é apontada como zona prioritária para preservação, segundo o Zoneamento Ambiental da APA Carste de Lagoa Santa. Foi apresentado nos estudos ambientais o levantamento faunístico da região, o qual registrou um total de 49 espécies distribuídas em 08 ordens e 20 famílias.

O empreendimento pretendido encontra-se em uma área de grande relevância ambiental, sendo apresentado a seguir o relatório de restrição ambiental, onde área encontra-se como de Restrição Amarela para áreas prioritárias para a Conservação da Biodiversidade.

Identificador	Distância (m)	Tipo	Local	Categoria
50	Coordenada dentro da Área	Aves	Carste de Lagoa Santa	Extrema
16	Coordenada dentro da Área	Herpeto	Espinhaço Sul	Especial
30	Coordenada dentro da Área	Invertebrados	Área Cárstica do Circuito das Grutas	Especial
52	Coordenada dentro da Área	Mamíferos	APA Carste de Lagoa Santa	Especial

Fonte: www.siam.mg.gov.br

Ressalta-se que o estudo (Plano de Controle Ambiental – PCA) apresentado para análise foi baseado no Relatório de Controle Ambiental – 2002 do Aeroporto Internacional Tancredo Neves.

Mastofauna

O diagnóstico da mastofauna baseou-se em dados obtidos através de uma visita de campo. Para o levantamento das espécies foram realizadas entrevistas, consultas bibliográficas e procura ativa por vestígios. Foram diagnosticadas desta forma 49 espécies distribuídas em 20 famílias e 08 ordens, destas podemos destacar: *Chrysocyon brachyurus* (lobo-guará), *Lycalopex vetulus* (raposinha), *Leopardus pardalis* (jaguaritica), *Herpailurus yaguarondi* (gato-mourisco), *Cabassous unicinctus* (tatu de rabo mole pequeno), *Tolypeutes sp* (tatu-bola), *Sylvilagus brasiliensis* (tapeti) e *Callicebus personatus* (guigó) que se enquadram dentro de alguma categoria de ameaça, segundo as listas oficiais de espécies ameaçadas de extinção. A maioria dos exemplares citados são dependentes ou relativamente dependentes de habitats florestais.

Avifauna

Os registros das espécies da avifauna foram realizados através de visualização e/ou vocalização e consultas bibliográficas em estudos anteriores. Segundo o estudo foram registradas 107 espécies, da qual destacamos a *Oryzoborus maximiliani* (bicudo) única espécie citada que se enquadra dentro da categoria criticamente em perigo segundo a lista de espécies ameaçadas de extinção elaborada pela Fundação Biodiversitas.



De acordo com os estudos apresentados, nota-se uma maior abundância de espécies mais adaptadas às intervenções antrópicas e ambientes menos preservados, como as espécies *Casmerodius albus* (garça branca grande), *Columba livia* (pombo - doméstico), *Coragyps atratus* (urubu-comum), *Polyborus plancus* (carcará), *Cariama cristata* (siriema), *Passer domesticus* (pardal), entre outras.

Herpetofauna

Para realizar o diagnóstico na área de influência foram utilizados dados bibliográficos de estudos realizados em localidades próximas. Para amostragem na área diretamente afetada foram realizadas incursões com procura ativa (visualização e zootaxia), e entrevistas.

Segundo os estudos foram registradas na ADA 18 espécies de répteis e 13 espécies de anfíbios que ocorreram com maior frequência. Destaca-se a presença de *Hoplocercus spinosus* (calango, lagarto), *Bothrops jararaca* (jararaca) e *Cnemidophorus ocellifer* (calanguinho) que se enquadram dentro de alguma categoria ameaçada segundo a lista elaborada pela Fundação Biodiversitas (2007). A espécie *C. ocellifer* não apresentava uma descrição formal, sendo em 2002 renomeadas passando a se chamar *Cnemidophorus abaetensis* e está de acordo com a lista de espécies ameaçadas de extinção, encontra-se classificada como criticamente em perigo.

Dentre as espécies citadas no estudo não foi encontrada nenhuma espécie de anfíbio que se enquadre nas categorias estabelecidas pelas listas oficiais de espécies ameaçadas de extinção.

Impactos

Fauna terrestre

Os maiores impactos prognosticados para a implantação do empreendimento estão relacionados à redução de habitats pela supressão da vegetação, para conformação das estruturas necessárias. Esta ação determina a eliminação e/ou dispersão da fauna aumentando a pressão sobre os habitats adjacentes e forçando uma maior exposição dos elementos faunísticos. Apesar das consequências deste impacto ter um caráter permanente, ressalta-se que esse efetivamente já ocorreu. Atualmente a área encontra-se antropizada e toda terraplanada, o que configura uma área completamente desprovida indivíduos arbóreos e desfavorável a presença de elementos da fauna.

Na fase de construção o aumento do contato entre os operários e a fauna local, poderia levar ao incremento na pressão de caça. Vários exemplares são caçados devido ao seu valor canoro ou beleza, o que faz com que sejam adotados como animais de estimação. Outros são mortos desnecessariamente, principalmente ofídios.

Além disto, o aumento no barulho, proporcionado pelas máquinas e veículos necessários às obras, poderia afugentar a fauna na área de influencia do empreendimento.

Projeto Urbanístico

SUPRAM - CM	Avenida Senhora do Carmo, 90 - Carmo Belo Horizonte/MG CEP 30.330-000 – Tel.: (31) 3228-7700	15873/2005/002/2009 Página: 6/20
-------------	--	-------------------------------------



De acordo com os estudos apresentados, o Aeroporto Internacional Tancredo Neves possui um Plano Básico de Zona de Proteção (PBZPA) com aplicação da Portaria nº 1141/GM5, incorporado à Legislação Urbana do Uso do Solo nas cidades de Confins e Lagoa Santa.

Consta nos autos a declaração emitida pela Prefeitura Municipal de Lagoa Santa, datado de setembro de 2009, que o tipo de atividade desenvolvida e o local do empreendimento estão em conformidade com as leis e regulamentos administrativos do município.

A área patrimonial do Aeroporto Internacional Tancredo Neves foi declarada de utilidade pública, para efeito de desapropriação, pelo Decreto nº 19.273/78.

O parcelamento da área do Aeroporto Industrial será realizado em duas fases, sendo que este parecer refere-se à Fase 1.

O Aeroporto Industrial (fase 1) será composto por nove lotes destinados à implantação das unidades industriais, um pátio de Cargas/Descargas e um Entrepasto Aduaneiro.

O acesso à área alfandegada terá portaria controlada eletronicamente ou diretamente por agentes da Infraero, possibilitando um maior controle e segurança da área.

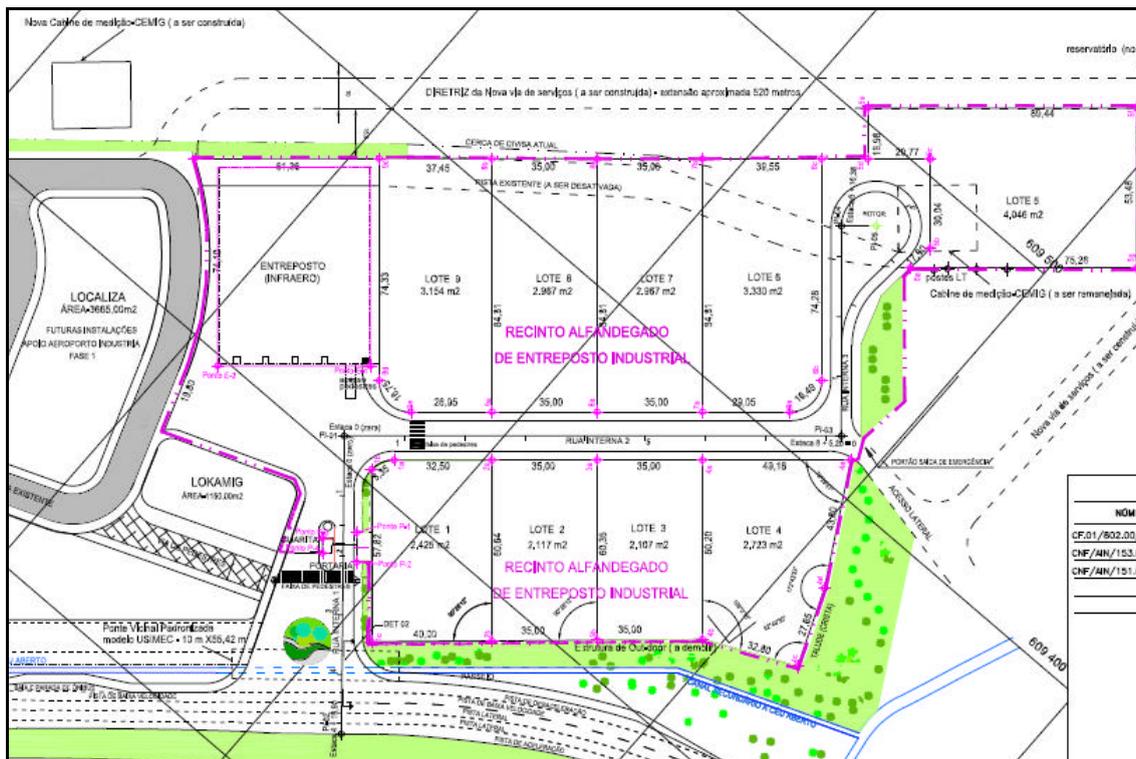
A circulação viária e o canal de drenagem, existentes, foram elementos determinantes na estruturação do entreposto e das vias internas de acesso aos lotes.

A seguir um resumo das estruturas que comporão o Aeroporto Industrial, conforme o Projeto Urbanístico apresentado:

Denominação	Área (m ²)	%
Lotes industriais	25.836	55,2
Sistema viário	4.769	10,3
Área do Entrepasto	6.790	14,6
Áreas de apoio e Estacionamento	9.345	19,9
Total	46.740	100

Está prevista obra para relocação da rede de energia elétrica que faz a atual alimentação do Aeroporto Internacional Tancredo Neves e implantação de uma via de acesso para sua manutenção, em uma extensão de 0,7km.

Apresenta-se a seguir o projeto do Aeroporto Industrial



Planta Geral do Loteamento Infraero/Codemig
Fonte: Anexo 5 PCA - Projeto Urbanístico Aeroporto Industrial

Projeto de Saneamento Básico

De acordo com os estudos apresentados, a água que abastece o Aeroporto é fornecida pela COPASA-MG, através de poços perfurados em Confins, às margens do Ribeirão da Mata.

O Aeroporto Industrial fará uso do Reservatório Apoiado ("RA") implantado dentro da área do Aeroporto Internacional, com capacidade de 3.000m³, responsável pelo abastecimento de todas as edificações do aeroporto inclusive a demanda do Aeroporto Industrial. Consta no PCA que os projetos de abastecimento de água foi elaborado de acordo com as Normas e Diretrizes da ABNT, da CODEMIG e da COPASA.

O sistema de drenagem do Aeroporto Industrial será vertido inteiramente à Bacia do Jaque, tendo por destino final uma barragem de drenagem, B3 - já consolidada, que se encontra na bacia limítrofe com o Município de Lagoa Santa, a sudeste da área do aeroporto. O canal de descida apresenta estruturas dissipadoras de energia. Consta no PCA que o projeto de drenagem pluvial foi elaborado de acordo com as Normas e Diretrizes da ABNT, da CODEMIG e da SUDECAP. A drenagem superficial será dotada de sarjetas e bocas de lobo.

Em relação ao sistema de esgotamento sanitário, todo o efluente de característica doméstica gerado nos limites do sítio do Aeroporto Internacional é tratado pela ETE - Estação de Tratamento de Esgoto que é operada pela COPASA. O tratamento dos efluentes tem a seguinte configuração:



Esgoto bruto ? Gradeamento e medidor Parshall ? Lagoa Facultativa ? Lagoa de Maturação ? Emissário final.

Todo efluente tratado pela ETE é enviado pelo emissário de disposição final para o córrego Olhos D'água, afluente do córrego Jaque.

A rede de efluentes domésticos provenientes do Aeroporto Industrial será ligada diretamente na rede externa do Aeroporto Internacional. Consta nos estudos que a futura demanda de esgoto sanitário o Aeroporto Industrial não comprometerá a capacidade do sistema de tratamento, tendo em vista que esta opera atualmente com a capacidade mínima de 4,22L/s, sendo que a capacidade máxima é de 25,30L/s.

Consta no PCA que o projeto de esgotamento sanitário foi elaborado de acordo com as Normas e Diretrizes da ABNT, da CODEMIG e da COPASA.

Gerenciamento dos resíduos sólidos

Os resíduos sólidos gerados no Aeroporto Internacional Tancredo Neves são geridos pela INFRAERO, com base no Plano Emergencial de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – PEGRS. A coleta, o transporte e destinação final dos resíduos sólidos são realizados por empresas contratadas pela Infraero.

Conforme o Plano de Controle Ambiental, após a instalação e operação do Aeroporto Industrial será adotado os procedimentos de manejo e destinação final dos resíduos aeroportuários de acordo com o PEGRS atual do Aeroporto de Confins.

Terraplenagem

De acordo com os estudos apresentados, não há necessidade de área de empréstimo para as obras do Aeroporto Industrial. Em vistoria realizada na área do empreendimento Auto de Fiscalização nº 247/2009, foi constatado que a área da instalação do empreendimento encontra-se terraplenada e desprovida de vegetação.

Unidade de Conservação

O empreendimento encontra-se inserido na APA CARSTE LAGOA SANTA e no entorno das Unidades Parque Estadual do Sumidouro, APEE Ribeirão do Urubu e da APEE Aeroporto.

Em 05 de outubro de 2005 o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA emitiu ofício de anuência para a construção do Recinto Alfandegado de Entrepósito Industrial localizado dentro do sítio aeroportuário do Aeroporto Tancredo Neves, conforme Of./APACLS/IBAMA/MG/N. 212/05. Em 18/06/2009 o ICMBio concedeu Autorização Prévia/ Anuência nº 012/2009. O IEF, como gestor da Área de Proteção Especial Aeroporto, criada pelo Decreto estadual nº 20.597/80 e modificado pela Lei 18.043/09, concedeu a Anuência em 14/05/2009.

2.2 AVALIAÇÃO DO PLANO DE CONTROLE AMBIENTAL

Projeto Urbanístico e Paisagístico



O projeto apresentado no PCA prevê um parcelamento da área de implantação do Aeroporto Industrial constituído de 2 (duas fases), sendo inicialmente, implantado apenas a fase I em uma área de 46.740 m² situado a margem direita de viário de acesso ao Aeroporto Internacional. O projeto do parcelamento da área contemplou a distribuição dos lotes, áreas de uso e vias de trânsito interno e arborização devidamente dimensionados.

Projeto de Saneamento Básico

O sistema de esgotamento sanitário que é gerado no sítio do Aeroporto Internacional é tratado pela ETE – Estação de Tratamento de Esgoto, cuja operação é monitorada pela COPASA. Conforme apresentado no PCA, a ETE do Aeroporto Internacional possui vazão de 4,20L/s que indica que está operando com a vazão mínima. A estação está projetada para uma vazão máxima de 25,30L/s e, portanto, dimensionada para atender a demanda futura do Aeroporto Industrial.

A ligação da rede de esgotos domésticos prevista no projeto do Aeroporto Industrial será feita diretamente na rede externa já existente do Aeroporto Internacional, a qual está interligada no emissário que remete o esgoto a ETE.



Lagoa Facultativa.
Fonte: INFRAERO/2009 - PCA



Lagoa de Maturação
Fonte: INFRAERO/2009 - PCA

O Sistema de Abastecimento de Água será efetuado por meio de um reservatório existente no Aeroporto Internacional com capacidade de 3.000m³, localizado a montante da área do Aeroporto Industrial interligado à rede de distribuição.

Programa de controle dos processos de erosão do solo / assoreamento, drenagem pluvial e pavimentação

O plano de controle Ambiental apresentou as áreas susceptíveis a erosão e passíveis de medidas de controle e monitoramento. As áreas com maior sensibilidade a atuação de processos erosivos são os taludes de corte e aterros adjacentes aos limites do Aeroporto Industrial. Salienta-se que a área do Aeroporto Industrial não apresenta desconformidades em relação aos processos erosivos estando os taludes revegetados, estabilizados e integrados ao sistema de drenagem.

O programa apresentado nos estudos ambientais identifica as medidas de controle e prevenção de erosão para cada etapa da construção do Aeroporto Industrial. Ressalta-



se que a implementação dos programas na fase de obras é de responsabilidade das empresas contratadas sob a fiscalização da Infraero. O programa de Controle e Prevenção de Estabilização de Encostas, Processos Erosivos e Drenagem Pluvial apresentam, conforme informado nos estudos ambientais, inter-relação com o SGA do Aeroporto Internacional por meio dos projetos de Recuperação de áreas Degradadas (EMBRAPA), Plano de manutenção do Sistema de Drenagem do Aeroporto Internacional e o Programa de Recomposição Paisagística.

Os sistemas de drenagem superficial serão compostos por canaletas e caixas de escadas de redução de velocidade do fluxo (dissipador de energia), implantados de acordo com o Projeto de Drenagem Pluvial de maneira que minimizem ou eliminem os problemas relacionados à erosão e ao assoreamento dos cursos d' água a jusante.

De acordo com o Projeto Básico de Rede de Drenagem Pluvial apresentado, estão previstas as seguintes estruturas para a drenagem local: sarjetas (seção triangular), bocas de lobo, dissipadores de energia, construção de galerias e poços de visitas.

Conforme o Plano de Controle Ambiental foi recomendado para o revestimento asfáltico a execução do concreto betuminoso usinado a quente (constituído de material betuminoso e agregado mineral -pedra britada, areia e pedregulho britado)

Programa de monitoramento das águas superficiais e subterrâneas

De acordo com o PCA o monitoramento da qualidade das águas superficiais e subterrâneas, realizada pela COPASA, visa o acompanhamento dos parâmetros físicos, químicos e bacteriológicos, indicadores da evolução da qualidade das águas sob a influência do Empreendimento, tendo em vista o possível potencial modificador decorrente das atividades das indústrias a serem instaladas no Aeroporto Industrial. Os resultados dos monitoramentos subsidiarão continuamente o controle desse potencial, gerando documentos comprobatórios necessários conforme os compromissos ambientais das empresas.

Quanto ao monitoramento de águas subterrâneas nos pontos necessários para um completo acompanhamento da qualidade das águas subterrâneas da área de influência, a Copasa realiza análise dos 3 (três) poços que estão localizados no domínio da bacia do Ribeirão da Mata. Conforme informado no PCA, os resultados, fornecidos pela Copasa, não apresentaram vestígios de poluição em relação às atividades antrópicas.

Programa de monitoramento de efluentes líquidos

O monitoramento dos efluentes líquidos será mantido nas fases de implantação e operação do Empreendimento. Os resultados dos monitoramentos serão de responsabilidade das empresas que serão implantadas no Aeroporto Industrial.

Na fase de obras serão gerados nos canteiros os efluentes domésticos provenientes dos banheiros e refeitórios e que serão destinados para a Estação de Tratamento de Esgotos do Aeroporto Internacional.

Os efluentes oleosos deverão passar por uma caixa separadora de água e óleo. Estes efluentes serão gerados pelas águas de drenagem provenientes do canteiro de obras



e, e passíveis de contaminação com óleo e direcionados a caixa separadora e posteriormente dada destinação adequada da borra oleosa.

Quanto aos possíveis efluentes industriais oriundos de empresas que serão instaladas, deverão ser acondicionados e tratados adequadamente conforme legislação vigente.

Programa de monitoramento de resíduos sólidos

Todos os resíduos sólidos do Distrito Industrial dos tipos domésticos e comercial enquadrados nas classes I e II de acordo com a NBR 10004 de 2004 serão recolhidos por empresa licenciada para destinação e tratamentos adequados e pela Prefeitura Municipal.

Nas atividades referentes a fase de implantação do Aeroporto Industrial serão gerados ruídos, poeiras e efluentes líquidos e diversos tipos de resíduos sólidos, desde os resíduos da construção civil até os perigosos, como tintas, óleos e graxas e que devem ser gerenciados adequadamente de forma a evitar degradação. No programa de gerenciamento de Resíduos Sólidos, conforme o PCA, foram consideradas as fases de obras tanto na fase de implantação como na construção das indústrias, quando da operação do Aeroporto Industrial.

No Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) para o Aeroporto Industrial serão observados os seguintes principais procedimentos:

1- Fase de implantação do empreendimento:

- A classificação dos resíduos;
- A segregação e acondicionamento dos resíduos;
- Coleta e Transporte interno dos resíduos;
- Estocagem temporária;
- Coleta e transporte externo dos resíduos;
- Tratamento e destinação final dos resíduos.

Foram contemplados no PCA os procedimentos específicos para cada etapa mencionada desde a coleta até a destinação final de resíduos sólidos.

Salienta-se que os programas constantes nos estudos ambientais atendem as medidas de minimização e controle de impactos ambientais decorrentes da fase de implantação do empreendimento.

Programa de Controle da Poluição

As atividades referentes às obras de implantação do Aeroporto Industrial vão gerar emissões de ruídos, particulados, efluentes líquidos e sólidos. O programa proposto, constante no Plano de Controle Ambiental, visa minimizar, mitigar e gerenciar os impactos associados a esta fase.

Segundo o programa, para minimizar a geração de ruídos deverá ser implantado um programa de manutenção de máquinas e equipamentos. Será solicitado na fase de Operação do empreendimento, o monitoramento do nível de ruído, conforme



instruções da NBR 10.151, o monitoramento das emissões sonoras das indústrias que serão instaladas na área.

Programa de Recomposição Paisagística

Na área do empreendimento a vegetação encontra-se bastante descaracterizada. Para a concepção do empreendimento será necessário realizar a recomposição paisagística para assegurar a melhoria tanto do aspecto visual como da recuperação e conservação das áreas de taludes, controle de erosão e sistema de drenagem pluvial. Será solicitado como condicionante no anexo I deste parecer relatório para acompanhamento deste programa

Sistema viário e transporte coletivo

O Aeroporto Industrial em virtude de sua localização usufruirá de toda a infraestrutura do Aeroporto Internacional, que conta hoje com prestação de serviços regulares de transporte de passageiros, estabelecimentos comerciais e serviços de utilidade pública.

3. AUTORIZAÇÃO PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL - DAIA

Tendo em vista que a área é menor que 10 ha, está amparada pela portaria nº 172 de novembro de 2007 do Instituto Estadual de Florestas, a qual preconiza a dispensa de Inventário Florestal Quantitativo para áreas inferiores a 10 ha, porém, baseando em inventários florestais anteriores, inferiu-se o volume de 103 m³.

Conforme Portaria IBAMA 083, de 26 de outubro de 1991, a espécie *Astrobium faxinifolium*, é uma espécie de corte restrito, portanto existem medidas especiais para o corte desta espécie, sendo necessária assim autorização e aprovação do órgão florestal competente. Sendo assim, sugere-se como medida compensatória o plantio de 25 árvores, tendo em vista que será suprimido um indivíduo.

4. RESERVA LEGAL

A área onde está localizado o empreendimento foi declarada de utilidade pública, para desapropriação de pleno domínio ou constituição de servidão, necessária à implantação do Aeroporto Metropolitano de Belo Horizonte, conforme Decreto nº 19.273, de 03 de julho de 1978. Conforme declaração constante em certidão expedida em 13 de maio de 2008, pela Secretária de Estado de Planejamento e Gestão, os processos de desapropriação dos terrenos do Sítio Aeroportuário do Aeroporto Tancredo Neves estão em fase de conclusão. Portanto, o Estado detém a posse pacífica e mansa da área a ser destinada à averbação da reserva legal, motivo pelo qual assinou termo de compromisso e averbação e preservação de reserva legal, nos termos do art.9º, IV do Decreto 45.097, de 12 de maio 2009.

Em 09 de novembro de 2009 foi realizada vistoria (AF nº 013221/2009) para fins de verificar a área destinada a reserva legal e foi constatado que esta encontra-se com vegetação de floresta semidecidual em estágio médio/avançado de regeneração. Portanto, a INFRAERO deverá manter preservada a referida área situada nas coordenadas geográficas 7825749,6 e 610187,2, Datum SAD 69, meridiano 45°.



5. INTERVENÇÃO EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE

Na vistoria não foi verificada intervenção em APP

6. COMPENSAÇÃO AMBIENTAL E FLORESTAL

6.1. Compensação Ambiental

Conforme estabelecido pelo DECRETO Nº 45.175 de 17 de Setembro de 2009, o qual estabelece metodologia de gradação de impactos ambientais e procedimentos para fixação e aplicação da compensação ambiental e considerando que:

“Art. 2º Incide a compensação ambiental nos casos de licenciamento de empreendimentos considerados, pelo órgão ambiental competente, causadores de significativo impacto ambiental...”

A equipe de análise da SUPRAM CM entende que por se tratar de um empreendimento de baixo impacto, inclusive enquadrado como classe I, conforme redação da Deliberação Normativa nº 74/2004, não há que se exigir compensação ambiental neste caso.

6.2. Compensação Florestal

Como compensação ambiental faz-se necessário o plantio de 25 mudas para cada indivíduo suprimido das espécies protegidas por lei. Foi identificada somente 1 espécie imune ou restrita de corte (*Astrobium faxinifolium*).

7. CONTROLE PROCESSUAL

Trata-se de requerimento de licença de instalação corretiva do empreendimento Aeroporto Industrial feito pela Empresa Brasileira de Infra Estrutura Aeroportuária-INFRAERO, localizado no sítio do Aeroporto Internacional Tancredo Neves.

Insta esclarecer que o presente requerimento de licença de instalação ocorreu em razão do embargo das obras feito, em 13/05/2009, pelo IBAMA e por recomendação do Ministério Público Federal, uma vez que pelo entendimento destes órgãos, a Autorização Ambiental de Funcionamento concedida pelo órgão ambiental nos moldes da Deliberação Normativa n. 74/04, ainda válida quando do início das obras, não era o instrumento adequado, sendo necessário realizar o licenciamento ambiental.

Em 17 de julho de 2009, a Infraero encaminhou ofício à SUPRAM (doc. de fls. 09) requerendo dispensa de apresentação de EIA/RIMA, somente exigível em razão da redação do Decreto 45.097, de 12 de maio 2009., sendo o referido requerimento deferido pela SUPRAM CM pelas razões expostas no Ofício n. 898/2009 (fls.07).



Ressalta-se que o entendimento da SUPRAM CM está em consonância com a redação do art. 5, parágrafo primeiro do Decreto n. 45.233, de 03 de dezembro de 2009 que alterou o Decreto 45.097, de 12 de maio 2009, o qual prevê a dispensa do EIA/RIMA caso seja este o entendimento do órgão ambiental.

Além dos estudos ambientais solicitados no FOB, foram apresentados pela Requerente os seguintes documentos: Declaração da Prefeitura Municipal de Lagoa Santa, declarando que a atividade desenvolvida e o local do empreendimento estão em conformidade com as leis e regulamentos administrativos do Município (fls.15); comprovante de pagamento das custas processuais e emolumentos, ART do responsável técnico pela elaboração dos estudos (fls.344), certidão negativa de débito ambiental (fls.345), publicação no Diário Oficial do Estado (fls.346); publicação em jornal de grande circulação, anuência do ICMBIO para intervir na APA Carste de Lagoa Santa e autorização do IEF.

No que se refere à reserva legal, verifica-se que foi assinado termo de compromisso de averbação e preservação de reserva legal em que a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão- SEPLAG, detentora da posse mansa e pacífica do imóvel onde está sendo instalado o empreendimento, comprometeu-se a averbar a reserva legal correspondente à área não inferior a 20% (vinte por cento) do total onde está instalado o empreendimento. Esclarece-se que o referido termo de compromisso foi elaborado nos moldes do art. 9, inciso IV do Decreto 45.097, de 12 de maio de 2009.

Ressalta-se que a licença ambiental em apreço não dispensam nem substituem a obtenção, pelo requerente, de outras licenças legalmente exigíveis.

Além disso, em caso de descumprimento das condicionantes e/ou qualquer alteração, modificação, ampliação realizada sem comunicar ao órgão licenciador, torna o empreendimento passível de autuação.

8.CONCLUSÃO

Não foram verificados fatores de restrição à concessão da Licença de Instalação Corretiva para o empreendimento Aeroporto Industrial pretendido pela Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária - INFRAERO.

Desta forma, sugere-se o deferimento do pedido de licença, pelo prazo de quatro anos, observadas as sugestões de condicionantes listadas no Anexo I. Ressalta-se que a análise técnica contemplou, também, a solicitação e intervenção em uma área de 1ha com um rendimento lenhoso de 103 m³, conforme indicado no Anexo III.



ANEXO I

Processo COPAM Nº: 15873/2005/002/2009		Classe/Porte:3/P
Empreendimento: AEROPORTO INDUSTRIAL DE CONFINIS		
CNPJ: 00.352.294/0058-56		
Atividade: Distrito Industrial		
Endereço do empreendedor: Aeroporto Internacional Tancredo Neves, S/Nº		
Localização: Confins		
Município: Confins		
Referência: Licença de Instalação Corretiva		
ITEM	DESCRIÇÃO	PRAZO
01	Apresentar relatório de acompanhamento do Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos	Formalização de LO
02	Apresentar relatório de acompanhamento do Programa de recomposição Paisagística	Formalização de LO
03	Apresentar relatório de atendimento ao plano de recuperação de áreas degradadas	Semestral
04	No Programa de Monitoramento de Resíduos Sólidos, prever a elaboração contínua de Inventário de Resíduos Sólidos, em conformidade com a DN COPAM nº 090/2005 (alterada pela DN COPAM 136/2009); Prever a adoção de procedimentos específicos para a coleta e disposição de resíduos sólidos.	Durante toda a implantação e operação do empreendimento.
05	No Programa de monitoramento das águas superficiais e subterrâneas prever a realização de coletas trimestrais e a entrega de relatórios anuais.	Durante toda a implantação e operação do empreendimento.
06	Apresentar manifestação da COPASA quanto a destinação à ETE dos efluentes gerados no empreendimento.	90 dias após a concessão da LIC
07	Apresentar manifestação do DER quanto a Faixa de Domínio do Aeroporto Industrial.	90 dias após a concessão da LIC
08	Elaborar um plano de manejo e manutenção para o plantio de 25 espécies para o indivíduo suprimido da espécie <i>Astrobium faxinifolium</i> .	60 dias após concessão da LIC.
09	Apresentar averbação da área destinada à reserva legal, conforme termo de compromisso firmado com o órgão ambiental.	Na formalização da LO



ANEXO III
AGENDA VERDE

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO			
Tipo de Requerimento de Intervenção Ambiental	Número do Processo	Data da Formalização	Unidade do SISEMA Responsável processo
1.1 Integrado a processo de Licenciamento Ambiental	15873/2005/002/2009		SUPRAM CM
1.2 Integrado a processo de APEF	04941/2009	03/09/2009	SUPRAM CM
1.3 Não integrado a processo de Lic. Ambiental ou AAF			
2. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO AMBIENTAL			
2.1 Nome: Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária - Infraero		2.2 CPF/CNPJ: 00.352.294/0058-56	
2.3 Endereço: Aeroporto Internacional Tancredo Neves		2.4 Bairro: -	
2.5 Município: Confins		2.6 UF: MG	2.7 CEP: 33500-900
2.8 Telefone(s): (31)3689-2391		2.9 e-mail: scmenezes@infraero.gov.br	
3. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL			
3.1 Nome:		3.2 CPF/CNPJ:	
3.3 Endereço:		3.4 Bairro:	
3.5 Município:		3.6 UF:	3.7 CEP:
3.8 Telefone(s):		3.9 e-mail:	
4. IDENTIFICAÇÃO E LOCALIZAÇÃO DO IMÓVEL			
4.1 Denominação: Aeroporto Internacional Tancredo Neves		4.2 Área total (ha): 137,7	
4.3 Município/Distrito: Confins		4.4 INCRA (CCIR): -	
4.5 Matrícula no Cartório Registro de Imóveis: Livro: Folha: Comarca:			
4.6 Nº. registro da Posse no Cartório de Notas: Livro: Folha: Comarca:			
4.7 Coordenada Plana (UTM)		Datum: SAD 69	
X(6): 610287,232		Fuso: 23	
Y(7): 7825749,694			
5. CARACTERIZAÇÃO AMBIENTAL DO IMÓVEL			
5.1 Bacia hidrográfica: Rio das Velhas			
5.2. Sub-bacia ou microbacia hidrográfica: -			
5.3 Bioma/ Transição entre biomas onde está inserido o imóvel			Área (ha)
5.8.1 Caatinga			
5.8.2 Cerrado			
5.8.3 Mata Atlântica			
5.8.4 Ecótono (especificar): Cerrado e Mata Atlântica			137,7
5.8.5 Total			
5.4 Uso do solo do imóvel			Área (ha)
5.4.1 Área com cobertura vegetal nativa			
5.9.1.1 Sem exploração econômica			
5.9.1.2 Com exploração sustentável através de Manejo			
5.9.2.1 Agricultura			
5.9.2.2 Pecuária			
5.9.2.3 Silvicultura Eucalipto			
5.9.2.4 Silvicultura Pinus			
5.9.2.5 Silvicultura Outros			
5.9.2.6 Mineração			
5.9.2.7 Assentamento			
5.9.2.8 Infra-estrutura			
5.9.2.9 Outros			
5.4.3. Área já desmatada, porém abandonada, subutilizada ou utilizada de forma inadequada, segundo vocação e capacidade de suporte do solo.			



5.4.4 Total	
-------------	--

5.5 Regularização da Reserva Legal – RL	
5.5.1 Desoneração da obrigação por doação de imóvel em Unidade de Conservação	
5.5.1 Área de RL Averbada (ha):	5.10.1.2 Data da averbação:
5.5.2.3 Total	
5.5.3. Matrícula no Cartório Registro de Imóveis: Livro: Folha: Comarca:	
5.5.4. Bacia Hidrográfica:	5.5.5 Sub-bacia ou Microbacia:
5.5.6 Bioma: Transição entre o Cerrado e Mata Atlântica	5.5.7 Fisionomia:

6. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA E PASSÍVEL DE APROVAÇÃO

6.1 Tipo de Intervenção	Quantidade		unid
	Requerida	Passível de Aprovação	
6.1.1 Supressão da cobertura vegetal nativa com destoca	1	1	ha
6.1.2 Supressão da cobertura vegetal nativa sem destoca			ha
6.1.3 Intervenção em APP com supressão de vegetação nativa			ha
6.1.4 Intervenção em APP sem supressão de vegetação nativa			ha
6.1.5 Destoca em área de vegetação nativa			ha
6.1.6 Limpeza de área, com aproveitamento econômico do material lenhoso.			ha
6.1.7 Corte árvores isoladas em meio rural (especificado no item 12)			un
6.1.8 Coleta/Extração de plantas (especificado no item 12)			un
6.1.9 Coleta/Extração produtos da flora nativa (especificado no item 12)			kg
6.1.10 Manejo Sustentável de Vegetação Nativa			ha
6.1.11 Regularização de Ocupação Antrópica Consolidada em APP			ha
6.1.12 Regularização de Reserva Legal	Demarcação e Averbação ou Registro		ha
	Relocação		ha
	Recomposição		ha
	Compensação		ha
	Desoneração		ha

7. COBERTURA VEGETAL NATIVA DA ÁREA PASSÍVEL DE APROVAÇÃO

7.1 Bioma/Transição entre biomas	Área (ha)
7.1.1 Caatinga	
7.1.2 Cerrado	
7.1.3 Mata Atlântica	
7.1.4 Ecótono (especificar) Cerrado e Mata Atlântica	1
7.1.5 Total	

8. PLANO DE UTILIZAÇÃO PRETENDIDA

8.1 Uso proposto	Especificação	Área (ha)
8.1.1 Agricultura		
8.1.2 Pecuária		
8.1.3 Silvicultura Eucalipto		
8.1.4 Silvicultura Pinus		
8.1.5 Silvicultura Outros		
8.1.6 Mineração		
8.1.7 Assentamento		
8.1.8 Infra-estrutura	Aeroporto Industrial	1
8.1.9 Manejo Sustentável da Vegetação Nativa		
8.1.10 Outro		

9. DO PRODUTO OU SUBPRODUTO FLORESTAL/VEGETAL PASSÍVEL DE APROVAÇÃO

9.1 Produto/Subproduto	Especificação	Qtde	Unidade
9.1.1 Lenha	Utilizado para doação	103	m ³



9.1.2 Carvão			
9.1.3 Torete			
9.1.4 Madeira em tora			
9.1.5 Dormentes/ Achas/Mourões/Postes			
9.1.6 Flores/ Folhas/ Frutos/ Cascas/Raízes			
9.1.7 Outros	Doação	103	m ³

10. PARECER TÉCNICO, MEDIDAS MITIGADORAS E COMPENSATORIAS FLORESTAIS.

Consta no Parecer Único N°. 405/2009 de 09 de dezembro de 2009.

11. RESPONSÁVEIS PELO PARECER TÉCNICO.

Raphael Medina Gomes de Andrade	122.7986-5
Luísa Horta Azevedo de Castro	120.5995-2
Cibele Aguiar Neiva de Mello	11.97551-3
Luis Breda	
Gisele Guimarães Caldas	115.0769-6

